

Os 55 anos do currículo da Psicologia PUC-SP

The 55 years of the Psychology Curriculum at PUC-SP

*Los 55 años de la malla curricular
de Psicología de la PUC-SP*

*Maria da Graça Marchina Gonçalves**

*Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro***

*Ana Mercês Bahia Bock****

Resumo

O objetivo deste artigo foi traçar um panorama histórico do Curso de Graduação em Psicologia da PUC SP, por meio da descrição e análise dos diferentes currículos que se sucederam, tomando-se como fio condutor desta narrativa o modo como neles se concebeu e concretizou a formação do psicólogo, respondendo aos desafios colocados pela realidade social, educacional e política brasileira. Algumas reformas curriculares ocorreram a partir de mudanças na legislação brasileira relativa ao ensino em geral e em relação ao ensino superior, em particular; outras em função da legislação específica relativa à formação de psicólogo; e outras motivadas pelo princípio de revisão e aprimoramento constantes que tem motivado reavaliações de nossa prática. Utilizaram-se diferentes fontes de dados. Documentos oficiais e leis, bem como a memória dos autores que participaram dessa história de diversas formas e

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Curso de Psicologia. E mail: gmarchina@puccsp.br

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de Métodos e Técnicas em Psicologia, Curso de Psicologia. E mail: mporibeiro@puccsp.br

*** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação Educação: Psicologia da Educação, Curso de Psicologia. E mail: abock@puccsp.br

em diferentes momentos. Destaca-se a participação sistemática e intensa do corpo docente e discente nos processos de avaliação e elaboração das propostas curriculares.

Palavras-chave: *graduação em Psicologia, currículo, história.*

Abstract

This article aims to establish a historical overview of the Psychology Undergraduate Course at São Paulo's Catholic University through the description and analysis of the different curricula and how it based the education of generations of psychologists that then went on to respond to the challenges posed by the Brazilian social, educational and political reality. Some curricular reforms have occurred due to changes in the Brazilian legislation in terms of education in general and in particular un higher education; some according to the specific legislation concerning the training of psychologists; and others motivated by the principle of continuous revision and improvement that has motivated our practice. Different data sources were used as well as official documents and laws and the memories of the authors of this paper who actively participated and contributed to this history during different time periods. We emphasize the systematic and intense participation of the faculty and students in the evaluation and preparation processes of curriculum proposals.

Keywords: *Psychology degree, curriculum, history*

Resumen

el objetivo de este artículo fue esbozar una visión histórica del pregrado en Psicología en la PUC SP, por medio de la descripción y análisis de las diferentes mallas curriculares que se siguieron, tomando como hilo conductor de esta narrativa la forma como en ellos se concibe y se concretiza la formación del psicólogo, respondiendo a los desafíos colocados por la realidad social, educacional y la política brasileña. Algunas reformas curriculares acontecieron a partir de cambios en la legislación brasileña relacionado a la educación en general y en relación a la educación superior, en particular; otras en función de la legislación específicamente relativa a la formación del psicólogo, y otras motivadas por el principio de revisión y mejora constante que han motivado reevaluaciones de nuestra práctica. Fueron utilizadas diferentes fuentes de datos. Documentos oficiales y leyes, así como la memoria de los autores que participaron en esta historia de diferentes maneras y en diferentes momentos. Se destaca la participación sistemática e intensa del cuerpo de docentes y estudiantes en la evaluación y elaboración de propuestas curriculares.

Palabras clave: *graducción en psicología, malla curricular, historia.*

O presente texto traz uma história do currículo do curso de Psicologia da PUC-SP que mescla várias fontes. Parte das informações vem de documentos e registros oficiais. Outra parte vem da memória dos autores, na qualidade de protagonistas do processo, como alunos, professores, coordenadores, diretoras, em diferentes momentos. História construída a várias mãos, por professores em sua maioria, mas também por alunos, que sempre muito empenhados na qualidade de formação dos futuros psicólogos tinham o que dizer. O texto tem ainda alguma análise, compartilhada por este grupo e aqui exposta com a compreensão de que os fatos ocorridos são sempre interpretados. Submeter a interpretação a outras fontes, outras memórias, e outras análises permite compor uma compreensão mais rica do processo. Esse é nosso propósito, como autores do texto já compartilhamos entre nós uma compreensão da história desse currículo. Queremos agora submetê-la a outros, para contribuir e para aprender mais. Poderíamos compor essa história por vários caminhos. Tomamos um possível, como fio condutor e, a partir dele, apontaremos aspectos da história do curso da PUC-SP. O fio condutor considera como o currículo se pôs frente à realidade social, educacional e política brasileira.

Os anos iniciais do curso de Psicologia na PUC-SP acompanham o início da regulamentação da profissão de psicólogo (Brasil, 1962). O curso teve sua primeira turma em 1963, autorização para funcionamento em 1964 e seu reconhecimento em 1968.

É importante situar o contexto histórico mais geral. O país acabara de sofrer um golpe de Estado, em 31/3/1964 e a conjuntura era a de um país cerceado em sua liberdade política, mas com muitas manifestações sociais, notadamente em 1968, a de estudantes, por liberdades democráticas, em geral, e por acesso ao ensino superior, em particular. E, logo a seguir, ocorre o agravamento da repressão e da censura, com o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, que representou aprofundamento do cerceamento político também para a universidade brasileira.

Desde 1961, o governo brasileiro discutia, secretamente, com a USAID (United Agency for International Development) várias mudanças para a educação brasileira, em todos os seus níveis. Em 1966, vieram à tona os termos do chamado acordo MEC-USAID, com orientações para

reformulação dos currículos nas universidades, buscando impor o modelo americano nas escolas brasileiras. Mobilizações estudantis reivindicavam o fim do acordo e o governo militar, pressionado, criou um grupo de trabalho para fazer algumas adaptações, abrasileirando a reforma.

Em 1968, pela Lei 5540/68, foi implementado o acordo com algumas poucas modificações. Foram aprovados: vestibular classificatório, carreira docente, pós-graduação, representação estudantil nos órgãos colegiados de, no máximo, 1/5, departamentos e outros. Nas universidades, estava posta a discussão da reforma. Na PUC-SP, a vontade de reformular a formação universitária estava posta desde 1967 e um grupo de trabalho formado por José Nagamine, Joel Martins, Geraldo P. Machado e Casemiro dos Reis Filho, com base em documento da Conferência Episcopal Latino-Americana (Missão da Universidade Católica na América-Latina, firmado em Buga, Colômbia, 1967) permitiu a construção de um projeto para a PUC-SP (Estudos Básicos para a reestruturação da PUC-SP). Este projeto foi, então, utilizado como referência para a implementação da Lei 5540/68 (da ditadura) com uma visão política democrática de universidade. Mesmo assim, os estudantes da PUC-SP questionaram a relação do projeto com os acordos MEC-USAID e, de junho a agosto de 1968, ocuparam o campus Monte Alegre e a Reitoria, fazendo experiências inovadoras e debatendo o projeto PUC-SP. Mas o Decreto-Lei 477, assinado em fevereiro de 1969, que tratava das infrações disciplinares nas universidades e previa duras sanções, calou o movimento estudantil. Em dezembro de 1969, o Decreto-Lei 464 impôs a criação do Ciclo Básico, com o qual a ditadura pretendia que as universidades pudessem recuperar fragilidades do ensino médio, com um primeiro ano comum a todos os alunos e conteúdos básicos de formação geral. A PUC-SP estava preparada, com seu grupo de trabalho e com a mobilização estudantil, para fazer desta experiência uma das mais interessantes e críticas que se pode ter, resistindo às imposições da ditadura militar (Comissão da Verdade Reitora Nadir Gouvêa Kfourí”, PUC-SP, 2014).

Em 1971, foi implementada na PUC-SP a experiência inovadora do Ciclo Básico, acompanhada de recomendações da Reforma Universitária de fortalecimento da pesquisa, com expansão de programas de pós-graduação, estando os de Psicologia entre os primeiros criados. Nesse processo se deu

a unificação, a partir desse ano, dos cursos de Psicologia existentes na instituição: os cursos do Sedes Sapientiae e da Faculdade de Filosofia e Letras São Bento. A unificação no âmbito da reforma universitária demandou um novo projeto de curso e o currículo elaborado, naquele momento, apresentou-se como bastante diferenciado em relação a outros cursos de Psicologia do país.

A inquietação era a marca desse primeiro currículo do curso unificado. Havia a tradição da formação em Psicologia, reconhecida e legitimada pelas experiências anteriores, no Sedes e na São Bento. Mas, havia também a experiência fugaz e profunda de 1968¹; a inovação em curso, com o Ciclo Básico incentivando e possibilitando o treino e o exercício da crítica; e com o Pós-Graduação lançando novas questões. Tudo isso marca esse currículo, que responde aos objetivos de uma formação qualificada e crítica, oferecendo a tradição e a novidade.

O currículo nesse período trazia, então, a preocupação com uma formação científica sólida; uma formação clínica e experimental de fôlego; a apresentação dos fundamentos das teorias; os principais instrumentos psicológicos; enfim, uma base importante. Mas, trazia também o espaço da inovação, com quantidade significativa de disciplinas optativas, muitas das quais criadas sob critérios inovadores, como foi o caso da disciplina de “Estudos Livres”, de responsabilidade da Profa. Sílvia Lane, na qual os alunos indicavam e desenvolviam seu tema de estudo, sob orientação da professora e compartilhando sua produção com os colegas. A maior parte dos temas em Estudos Livres versava sobre questões da realidade brasileira e sua relação com a psicologia. O Prof. Alberto Abib Andery também fez sua experiência com a disciplina “Configuração Sociopsicológica do trabalhador brasileiro”. Assim como essas experiências, havia outras que representavam a possibilidade de pensar criticamente o lugar social da Psicologia, tais como os vários estágios em Psicologia Comunitária.

1 Em 1968, na esteira do movimento estudantil, a Psicologia da PUC-SP viveu uma intensa experiência de curso na São Bento, com alunos e professores propondo e experimentando inovações profundas no projeto de curso. A experiência foi importante e mesmo sem ter se efetivado completamente, inspirou discussões posteriores.

Com o contexto de opressão política, nos anos 1970, houve também o agravamento das questões sociais no Brasil. O curso da PUC-SP abrigou grupos de professores que questionavam uma Psicologia afastada dessas questões, tanto pela atuação de psicólogos que desconsiderava esse contexto, como pelo conhecimento psicológico desvinculado da realidade brasileira². E então propunham a crítica, a pesquisa e a inovação na atuação profissional. Essa marca de atenção à realidade brasileira estava presente, por exemplo, nos estágios junto aos movimentos sociais, no desenvolvimento da Psicologia Comunitária; nas disciplinas eletivas que abriam espaço para a discussão e o questionamento da atuação profissional; na pesquisa que procurava aprofundar os conhecimentos sobre a realidade brasileira. Se esses espaços não eram os predominantes no curso, produziam, de qualquer forma, uma referência de crítica que se expandia, dentro e fora da PUC-SP. Na nossa Universidade tal marca estará presente também, nesse momento, na pós-graduação recém-criada, que se tornará, em alguns casos, lugar privilegiado de produção teórica e de pesquisa inovadora.³

Em 1975 ocorre uma revisão da parte do currículo relativa à formação profissional, a partir do 4^o. ano, que teve como característica central a implantação do sistema de núcleos. Esse sistema inovou profundamente a concepção de organização curricular em relação aos estágios, criando uma estrutura de articulação teoria e prática em torno de cada estágio oferecido. Essa estrutura – o núcleo – articula um determinado estágio, a correspondente supervisão e disciplinas teóricas diretamente relacionadas ao campo de atuação e às práticas em questão. O aluno não cursa um estágio isoladamente, mas obrigatoriamente todo o núcleo.

Além de representar a possibilidade de uma maior articulação entre a teoria e a prática, o sistema de núcleos representava uma organização dos estágios em torno de áreas diversas de atuação, para além das três

2 Gostaríamos de citar, como representantes desses grupos, alguns professores que tiveram neles um lugar especial: Alberto Abib Andery; Maria do Carmo Guedes; Maria Nilde Mascelani; Odette de Godoy Pinheiro; Sílvia T. Maurer Lane. Lembrando que eles mesmos diriam que o trabalho que fizeram contou com um grupo maior de pessoas.

3 Embora essa perspectiva estivesse presente em vários espaços da pós-graduação, gostaríamos de destacar a importância do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, criado pela Profa. Sílvia Lane, em 1972, que se tornou referência na área.

áreas tradicionais (Clínica, Educação e Organização), uma vez que diversos núcleos eram oferecidos e atravessavam essas áreas e outras, sem que essa divisão fosse a principal na organização dos estágios. Além disso, o sistema representava possibilidade de escolha pelo aluno, pois os núcleos eram todos eletivos. Representava também a possibilidade de flexibilidade e renovação permanente do currículo, pois os núcleos deveriam ser renovados periodicamente.

Era uma inovação frente à realidade da maioria dos cursos que isolavam os estágios no último ano da formação, depois de cumprida a parte de formação teórica e que impunham a escolha, pelo aluno, por uma das três áreas. O sistema se mantém, nas suas características fundamentais, até hoje, sem dar mostras de esgotamento do modelo, o que reforça seu vanguardismo à época.

Outros pontos do currículo, entretanto, começaram a ser questionados nos anos seguintes, levando à sua revisão no final da década de 80. A mudança curricular ocorrida em 1989 (Faculdade de Psicologia da PUC-SP, 1988) foi resultado de um longo processo de discussão e decisão conjunta entre professores e alunos. Mas, vale salientar aqui alguns aspectos que são referência para a compreensão dos movimentos seguintes.

A revisão do curso que culminou com a implantação do currículo de 1989 tinha alguns desafios decorrentes da história vivida até então. O primeiro era o de preservar e aprofundar conquistas anteriores: possibilidade de apresentar diversidade de abordagens e áreas da Psicologia; flexibilidade curricular, presente nas disciplinas eletivas, nos núcleos e nas atualizações constantes; articulação teoria e prática, presente nas disciplinas práticas e nos núcleos; atenção à realidade brasileira, presente principalmente nos estágios e nos temas das disciplinas eletivas.

Outro desafio era garantir a viabilidade administrativa e financeira do curso. Era necessário enfrentar as questões administrativas geradas pela grande carga horária eletiva, principalmente considerando-se que a

crise da PUC/SP se tornava cada vez mais profunda.⁴ O desafio era fazer frente a essas dificuldades sem que o curso perdesse suas características de qualidade.

Essa reforma curricular trouxe algumas novas marcas importantes: introdução de práticas no serviço público de saúde por meio dos estágios, significando uma extensão das práticas comunitárias para o campo das políticas públicas; maior peso à formação em pesquisa; maior contato com as áreas de conhecimento e com os fundamentos epistemológicos da psicologia. Isso ao lado da manutenção de aspectos importantes da experiência anterior, tais como os núcleos, as eletivas e a diversidade teórica e de áreas de atuação.

As principais mudanças implementadas nessa reforma curricular foram:

- 1) disciplinas obrigatórias organizadas em grupos de conteúdos básicos e fundamentais: a) teorias; b) áreas de investigação; c) instrumentos de observação e avaliação; d) modelos de investigação; e) áreas afins. Isso permitiu equilíbrio entre as várias dimensões e dentro delas um equilíbrio na apresentação de várias das alternativas presentes na Psicologia. E permitiu também a explicitação da diversidade teórica e de instrumentos da Psicologia.
- 2) núcleos semestrais obrigatórios no 4º ano, possibilitando um contato inicial com as principais áreas de atuação em Psicologia (clínica; saúde coletiva; educação e formação; trabalho e produção).
- 3) núcleos anuais eletivos no 5º ano, possibilitando: a) a escolha do aluno dentro da diversidade de abordagens teóricas e áreas de intervenção oferecidas; b) estágios com maior nível de complexidade.
- 4) implantação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) obrigatório, marcando de forma mais clara um dos eixos do currículo, a formação para a pesquisa.

4 A “crise da PUC” tem um histórico longo e pontuado de momentos agudos e configurações conjunturais diversas; entretanto, trata-se, em síntese, de uma crise estrutural que se deve à incompatibilidade de seu modelo de financiamento frente a seu projeto institucional – financiamento privado (mensalidades) para um projeto de caráter público.

As experiências inovadoras de atuação em psicologia deveriam se institucionalizar, o que passou a ser possível com as lutas pela democratização do país. Um marco importante dessa luta é a Constituição de 1988 que, também de forma contraditória, inclui demandas dos movimentos sociais pela garantia dos direitos sociais. Isso afeta a Psicologia, que compõe o conjunto dos trabalhadores da área social que, desde então, estão presentes, de uma nova forma, nos contextos de implementação de políticas sociais. O campo da saúde, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) passa a exigir dos profissionais, entre eles o psicólogo, outro tipo de postura, no sentido de garantir a efetivação dos princípios do atendimento universal, integral, com equidade.

Da mesma forma, no campo da educação, novas questões estão presentes, pela mesma ótica dos direitos sociais. A educação, a partir da Constituição de 1988, deve garantir os princípios democráticos do acesso universal e da qualidade que deve impedir a evasão e todos os processos de exclusão da escola. Isso também convoca os profissionais da área a terem novas posturas. E ainda cabe destacar os avanços do movimento sindical e do debate das condições de trabalho que vão modificar todo o pensamento e prática da tradicional psicologia organizacional.

O curso da PUC-SP foi um dos pioneiros abordar essas questões no âmbito da formação. O currículo implantado em 1989 organizou, como vimos, as práticas já desenvolvidas pelo curso, em quatro áreas de atuação que orientavam os núcleos obrigatórios de 4º ano. Embora derivadas das três áreas tradicionais da Psicologia (Clínica, Educação e Organização), a definição das quatro áreas (Clínica; Saúde; Educação e Formação; Trabalho e Produção) contribuiu para, de imediato, abarcar a diversidade de experiências de estágio desenvolvidas até então. Mas, podemos dizer que, demonstrando a sensibilidade dos integrantes do curso para com as questões sociais mais relevantes, contribuiu também para marcar posição em relação à necessidade de formar profissionais com novas posturas para as novas necessidades de um país que lutava para se democratizar.

Inicialmente a percepção dessa necessidade talvez fosse ainda difusa. Mas o espaço aberto pelos núcleos, definidos por essas áreas, permitiu abarcar as experiências de estágio anteriores (em Psicologia Comunitária,

Educação Popular; e os realizados também por meio da expansão e diversificação dos atendimentos realizados pela Clínica Psicológica) e abrir novas possibilidades de estágio criando-se, inclusive, novas formas de atuação em Psicologia.

Esse processo desenvolveu-se nas quatro áreas, revelando um desenvolvimento próprio em cada uma. O Núcleo de Saúde (Núcleo 02) abarcou de imediato um conjunto amplo de atuações em torno da noção de promoção de saúde, inclusive atuações nos dispositivos de saúde pública ligados ao SUS. O Núcleo Clínica-Psicodiagnóstico (Núcleo 01), que trata de práticas tradicionais e consolidadas da Psicologia, também diversificou sua atuação por meio da Clínica Psicológica da PUC-SP, cuja principal característica tem sido o acolhimento de uma clientela ampla, representativa das principais demandas sociais. O Núcleo Educação e Formação (Núcleo 03) foi incluindo como locais de estágio, além das escolas, principalmente escolas públicas, instituições ligadas às políticas de defesa de direitos de crianças e adolescentes (Centros de Educação Infantil, denominados creches à época; instituições responsáveis por medidas socioeducativas; SAICAS, denominados abrigos à época; Centros para Crianças e Adolescentes, projetos de contraturno escolar que receberam, ao longo dos anos, diferentes denominações). O Núcleo Trabalho e Produção (Núcleo 4) manteve-se ligado ao campo mais tradicional e consolidado, da Psicologia Organizacional, mas também foi abrindo espaço para outras questões do trabalho, como saúde do trabalhador e intervenções ligadas à economia solidária e hoje abriga as três vertentes da Psicologia do Trabalho.

Esse processo, que ocorreu paulatinamente nos núcleos de 4º ano durante a década de 1990 e no início dos anos 2000 é representativo das respostas do currículo às questões sociais. Na verdade, algo equivalente pôde ser observado nos núcleos eletivos oferecidos no 5º ano e em diversos outros espaços do currículo.

A implantação desse currículo ocorreu na década de 1990, quando a discussão das políticas educacionais no país ganhava alguns novos elementos. De imediato esses novos elementos não trazem implicações para o curso. Entretanto, trazem, de certa forma, aspectos que contribuem para o aprofundamento da crise da PUC-SP, tornando a implantação e

consolidação do currículo um desafio constante, no sentido de se garantir condições adequadas para seu funcionamento no que concerne ao número de alunos por turma, possibilidade de realização de pesquisa e qualificação dos professores, entre outros.

Após um longo processo político, foi aprovada, em dezembro de 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (Brasil, 1996), que implicou mudanças em todos os níveis de ensino. Entretanto, naquele momento, essa nova legislação, como não poderia deixar de ser, expressava contradições da sociedade brasileira. Tais contradições apareciam na busca pela valorização e qualificação da educação no país, presente nos inúmeros movimentos sociais e de trabalhadores que participaram dos debates em torno da elaboração da LDB; e, ao mesmo tempo, nas demandas oriundas do desenvolvimento econômico, marcado, então, pelos preceitos neoliberais criados para o enfrentamento de mais uma crise mundial do capitalismo.

No contexto geral dessa política educacional se dá a discussão de diretrizes curriculares nacionais para todas as áreas do ensino superior. E a partir do contexto da PUC-SP e suas crises⁵, o curso de Psicologia, da então Faculdade de Psicologia, jogou um papel importante nas discussões que ocorreram nessa área. A experiência vinda de sua história possibilitou levar contribuições ao debate nacional sobre as diretrizes curriculares para a Psicologia. Por meio de um grupo de professores que participava mais diretamente de entidades da Psicologia ligadas a esse debate, muitos aspectos da experiência de formação na PUC-SP foram referência para se pensar propostas de Diretrizes Curriculares e enfrentar perspectivas neoliberais que poderiam comprometer a discussão séria que os representantes da área faziam.

A história do curso de Psicologia da PUC-SP mostra que em diversos momentos e de variadas maneiras, seus integrantes tinham uma concepção

5 A expansão do ensino superior privado em uma perspectiva mercantilista, aliada às dificuldades de se obter financiamento público para o ensino superior (até mesmo as escolas públicas sofreram com a falta de recursos), contribuíram para o agravamento da crise financeira da PUC-SP nos anos 1990 e início dos anos 2000. A PUC seguia lutando para manter uma proposta diferenciada em relação às instituições privadas em expansão, apesar da falta de recursos.

de formação para defender. Mesmo não havendo unanimidade entre as concepções existentes, houve sempre a preocupação em debater e acordar minimamente um *projeto* de formação. Neste ponto é importante ressaltar que os debates sobre as reformas curriculares foram coordenados por comissões de reforma curricular e ou ocorreram nos colegiados da Faculdade de Psicologia – o Conselho Departamental e os Departamentos, colegiados que previam a representação de alunos. Os departamentos eram o locus onde, junto a seus pares, a maioria dos professores debatia princípios, objetivos, fundamentos das propostas curriculares e como suas linhas teórico metodológicas estariam representadas na estrutura e na grade curricular. Os representantes dos alunos, por sua vez, realizavam consultas por meio de assembleias, ou outras formas de organizações coletivas, de modo a ouvirem os colegas. No momento da discussão das Diretrizes Curriculares, contexto de uma política educacional contraditória, essa experiência foi importante.

Evidentemente tal experiência não era exclusividade da PUC-SP, pois nos fóruns de debate sobre a formação e as Diretrizes Curriculares (Brasil, 2004) que aconteceram nessa época⁶, havia representantes de outras instituições de ensino igualmente comprometidos com uma formação crítica e qualificada do psicólogo. Mas, é importante registrar que vários aspectos do currículo da PUC-SP foram orientadores significativos para o debate, pois expressavam um projeto de formação e, mais importante, mostravam formas de operacionalizar princípios.

Ao apontar como a experiência da PUC-SP contribuiu nos debates sobre a formação e as Diretrizes Curriculares , o que faremos a seguir, podemos mencionar alguns desses princípios e como eles estavam sendo concretizados no curso. Os principais aspectos em que se nota essa relação são:

6 Alguns dos fóruns de debates ocorridos nesse período, dentre outros, foram: 1) O encontro de Serra Negra sobre formação, em 1992, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP); 2) O Fórum Nacional de Formação, em Ribeirão Preto, em 1997, promovido pelas entidades: CFP, Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), Federação Nacional de Sindicatos de Psicologia (FENAPSI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) e Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP); 3) Fórum Nacional sobre as Diretrizes Curriculares, em São Paulo, em 2002, promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

1. *Valorização da diversidade teórico-metodológica e de campos de atuação da Psicologia.* Essa foi sempre uma marca importante do curso da PUC-SP. Havia (e ainda há) a compreensão de que essa diversidade, cuja existência pode ser compreendida pela constituição histórica da disciplina e da profissão, deveria ser contemplada. Dessa forma, a nossa experiência apontava na direção de se propor que as Diretrizes Curriculares garantissem a apresentação dessa diversidade nos cursos, como maneira de possibilitar uma formação básica, ampla e sólida, um dos princípios contidos nos documentos sobre formação. Também uma formação científica, crítica e reflexiva, outro dos princípios. Além de uma formação “generalista”, princípio que apontava para a necessidade de se evitar formações muito diversas e com recortes muito específicos da Psicologia, fossem teóricos ou de áreas da prática, o que poderia levar a formações em psicologias diversas e, conseqüentemente, a “psicólogos diversos”. Entendemos, assim como a experiência da PUC-SP demonstrava na ocasião (e ainda hoje), que essa diversidade não deve ser negada em nome de uma formação generalista. Por outro lado, entendemos que a formação não deveria resolver ilusoriamente uma questão de fundo da área que, como dissemos, apenas a pesquisa e o debate constante permitirão enfrentar adequadamente.
2. *Importância da prática articulada à teoria.* Esse aspecto foi mencionado acima, quando relatamos a criação do sistema de núcleos para organizar os estágios. Diferentemente do que fazia a maioria das escolas na época, nas quais o aluno concluía a formação teórica até o quarto ano e fazia estágios apenas no quinto ano, na PUC-SP os estágios aconteciam no quarto e quinto anos articulados, nos núcleos, a disciplinas teóricas. A separação dos estágios no último ano do curso foi um aspecto bastante criticado nos fóruns de formação, pois essa separação favorecia que as teorias fossem apresentadas de forma repetitiva, sem crítica e sem a criação de demandas para a pesquisa, pelo menos pesquisas relevantes; e implicava um fazer tecnicista, também sem a crítica que o apoio da teoria poderia oferecer. Dessa forma, experiências que mostravam outra possibilidade, assim como a da PUC-SP, foram importantes referências para se pensar aspectos das Diretrizes Curriculares. Uma

proposta concretizada nas Diretrizes foi a de se iniciar estágios mais cedo, de forma a garantir a relação teoria e prática ao longo do curso (proposta de estágios básicos- ver artigos 20 a 23 da Resolução CNE/CES 05/2011, Diretrizes Curriculares da Psicologia⁷[Brasil, 2011]). Aqui também se verifica a defesa de um dos princípios formulados nos fóruns de formação, que defendiam a articulação teoria e prática.

3. *Valorização da supervisão de estágio.* Um diferencial importante no curso da PUC-SP em relação a muitas escolas era a forma como as supervisões de estágios eram organizadas: semanais, dentro dos núcleos, com grupo pequeno de alunos (seis a oito alunos) e com carga horária compatível. Claro estava que a supervisão era elemento básico na formação, como maneira de garantir vários dos princípios defendidos. Entretanto, este era um dos aspectos que mais diretamente corria o risco de se ver afetado pelo contexto mais amplo em que se dava a discussão sobre as diretrizes curriculares, uma vez que a lógica do setor privado, responsável pela maioria das escolas, vetava ou colocava limites para os itens mais dispendiosos dos currículos; com certeza as pequenas turmas de supervisão são um desses itens. Na PUC-SP sabíamos bem que esse item tinha que ser conquistado e garantido com vigilância constante pela preservação de um projeto de formação com qualidade; fazíamos isso há algum tempo no enfrentamento da “crise da PUC”. No caso das Diretrizes Curriculares, esse item não foi incluído de forma detalhada na resolução final do CNE/MEC, por não ser considerado matéria da resolução. Entretanto, o debate prosseguiu e prossegue coordenado pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Ainda hoje essa é uma questão importante e a manutenção dessa prática de supervisão no curso da PUC-SP é um bom exemplo de como operacionalizar esse item do currículo.

4. *Valorização da formação para a pesquisa.* Como vimos acima, um aspecto que sempre esteve presente na formação oferecida pela PUC-SP

7 As Diretrizes Curriculares da Psicologia foram aprovadas em 2004, pela Resolução CNE/CES 8/2004, agora substituída pela Resolução CNE/CES 5/2011, em virtude de alteração no artigo 13, que trata da licenciatura em Psicologia; os demais artigos, entretanto, foram mantidos como na primeira resolução.

ganhou destaque no currículo de 1989. A formação para a pesquisa passou a ser um dos eixos de formação nesse currículo, que se procurava garantir principalmente pelo exercício da pesquisa do aluno, além da apresentação de fundamentos epistemológicos e metodológicos. O espaço da Iniciação Científica foi sendo cada vez mais utilizado pelos professores e alunos do curso, apesar das vicissitudes que marcam essa prática na universidade (disponibilidade maior ou menor de bolsas para os alunos; condições contratuais dos professores mais ou menos favorecedoras de se arcar com a orientação; aspectos também afetados pela “crise da PUC”). Além disso, o que o currículo de 1989 garantia era a obrigatoriedade de disciplinas teórico-práticas nas quais o aluno faz pesquisa (Modelos de Investigação em Psicologia, Seminários e Trabalho de Conclusão de Curso; e, posteriormente, eletivas-pesquisa). Na discussão mais ampla sobre as Diretrizes Curriculares para a Psicologia a ênfase na pesquisa era outro aspecto fundamental, não só porque se pretendia uma formação científica, crítica e reflexiva; uma formação sólida; uma formação que representasse ruptura com perspectivas tecnicistas; todos aspectos importantes. Não só por isso, entretanto, mas porque o contexto contraditório que permitia a existência de instituições voltadas apenas para o ensino, bem como a forte presença do setor privado, colocavam em risco esses princípios, ao criar espaço para cursos descolados da pesquisa e para formações simplificadas, baseadas primordialmente na reprodução e consumo do conhecimento e não na sua produção. A defesa que era possível fazer, a partir da experiência da PUC-SP, de espaço para a pesquisa na formação, somou-se, no debate, à resistência contra a separação ensino-pesquisa. As Diretrizes Curriculares aprovadas, a despeito de vários limites, incluem diversos itens que indicam a importância desse aspecto (ver, por exemplo, art. 3º; art. 5º, I,II eIII; art. 8º, IV e V, das Diretrizes Curriculares da Psicologia, Resolução CNE/CES 5/2011 [Brasil, 2011]).

5. *Valorização da formação “generalista”, sem especializações precoces.* Essa questão que já aparecia na defesa da apresentação da diversidade da Psicologia, era recolocada na discussão das ênfases curriculares, item bastante polêmico durante todo o processo de elaboração das Diretrizes

Curriculares. Houve muita dificuldade de se compreender a proposta de ênfases, que se apresentavam como possibilidade de atender a especificidades de regiões e/ou instituições, no sentido de dedicar algum espaço da formação para o que haveria de particular na produção de uma determinada escola e/ou na sua leitura das demandas regionais. Havia o temor de que esses espaços se sobrepusessem à formação básica pretendida, levando a cursos que, ou fossem parciais na sua apresentação da área, ou levassem a uma especialização precoce, por exemplo, em torno de uma determinada área de atuação. Uma solução encontrada foi definir a obrigatoriedade de um “núcleo comum” de formação (ver artigos 6º e 7º da Resolução CNE/CES 5/2011). A previsão de ênfases curriculares (artigos 10 a 12 da Resolução CNE/CES 5/2011), entretanto, continuou gerando polêmica e dificuldades mesmo após a aprovação das Diretrizes. Nesse contexto, a experiência da PUC-SP com os núcleos de 5º ano iluminou muitos debates. Os núcleos de 5º ano, desde o currículo de 1989, são anuais e eletivos; definidos em torno de práticas diversas, sem correspondência necessária ou obrigatória com áreas tradicionais, mas podendo se referir a elas; representativos de uma única abordagem teórica, ou de abordagens diversas, quando o foco principal é um campo de atuação ou uma temática. Pudemos considerar, nesse debate e a partir dessa experiência acumulada nos núcleos, que as ênfases deveriam ser algo equivalente, no sentido de que seriam espaços flexíveis e de abertura do currículo, representando a produção de pesquisa e de formas de intervenção desenvolvidas na instituição e que significassem oportunidade de um aprofundamento do aluno em algum campo da Psicologia, sem se configurar como uma especialização. Era isso que, de certa forma, os núcleos de 5º ano possibilitavam, um aprofundamento dos saberes e práticas aprendidos até o 4º ano; e a existência de um espaço que reflete, em alguma medida, a realidade da prática profissional e da pesquisa.

6. *Importância de se manter espaços de escolha dos alunos.* Uma riqueza reconhecida no currículo da PUC-SP tem sido o espaço reservado para a escolha, pelo aluno, de partes do currículo. Isso ocorre nas eletivas (seis eletivas ao todo); nos estágios dos núcleos obrigatórios de 4º ano; e nos núcleos de 5º ano, totalmente eletivos. Embora o espaço optativo tenha

se reduzido no currículo de 1989, ele continuou presente, marcando um lugar de flexibilidade e inovação bastante relevante. É importante reconhecer que representa uma flexibilidade “sustentável”, em dois sentidos: financeiro-administrativo, dada a perene “crise da PUC”; e no sentido de atender a princípios de formação: possibilidade do encontro com a diversidade da Psicologia; desenvolvimento de autonomia do aluno, pelo, exercício da escolha; possibilidade de atualizar constantemente o currículo, pelo menos parte dele (as eletivas e núcleos de 5º ano são renovados a cada dois anos). Esses aspectos também estiveram presentes no debate das Diretrizes Curriculares, em que a ideia de flexibilidade e a ideia de se garantir maior proximidade da formação com realidades institucionais e regionais eram motes importantes. A possibilidade de tais aspectos acontecerem em uma universidade comunitária, mas também privada, e em crise financeira era animadora para representantes de outros contextos.

Todos esses aspectos que se juntaram ao debate mais amplo, falam das particularidades da PUC-SP e contribuíram para se garantir alguns pontos importantes da formação nas Diretrizes Curriculares. Eles ganham maior significado se tivermos presente o contexto mais geral da política educacional e suas contradições, em que o desafio é sempre realizar as melhores possibilidades. O resultado obtido nas Diretrizes Curriculares aprovadas deve ser visto sob essa perspectiva, das possibilidades que suas contradições deixam acontecer.

Deve também ser visto como resultado de um processo que teve inúmeros impasses e polêmicas e no qual pudemos ser guiados por princípios para a formação em Psicologia. Para além dos aspectos acima, alguns outros ainda podem ser mencionados.

A defesa de uma formação em Psicologia, compreendida como ciência e profissão e da superação do modelo tecnicista de formação profissional foi necessária na medida em que algumas propostas de Diretrizes Curriculares para a Psicologia traziam o risco de separar a formação do pesquisador da formação do profissional. Isso ficou mais evidente na discussão, finalmente superada, dos perfis, em que se propunha que os cursos poderiam ter perfis de bacharel (o pesquisador em Psicologia), psicólogo ou professor de

Psicologia, não sendo obrigatório ter mais de um. Isso poderia consolidar a perspectiva de que a formação pode se dar sem a presença da pesquisa, na instituição e no curso. Esse risco aparecia também na definição de competências e habilidades. Foi preciso apontar, muitas vezes, que algumas maneiras de compreender competências e habilidades traziam a perspectiva de uma atuação instrumental, que implicava uma concepção de formação tecnicista, desvinculada da pesquisa.

A defesa de uma formação generalista foi necessária frente ao risco de uma especialização precoce, como apontado acima. Isso se evidenciou na forma como se lidou com as ênfases, mas também na contraposição à proposta, em uma das versões das diretrizes em debate, de que os cursos poderiam optar por oferecer uma única ênfase. A proposta final garante que os cursos tenham mais de uma ênfase (art. 11, Resolução CNE/CES 5/2011).

A defesa de uma formação básica, pluralista e sólida foi necessária para fazer frente à ideia de cursos sequenciais (que chegaram a ser previstos em uma das versões das diretrizes). Foi necessária também na delimitação das competências e habilidades. E na definição da carga horária mínima que, embora não fosse matéria das diretrizes, foi uma preocupação constante durante todo o processo diante de perspectivas que apontavam para uma redução da carga horária anterior. Ficava claro que os princípios defendidos não seriam garantidos em cursos aligeirados. Ao final, outra resolução definiu a carga horária de 4 000 horas para a Psicologia.

Enfim, nossa avaliação é de que a participação da PUC-SP nos debates sobre a formação e as Diretrizes Curriculares tem significado importante em função do que se pôde contribuir nesse contexto de riscos e possibilidades. Mas, principalmente porque pôde concretizar o compromisso da Psicologia PUC-SP com a formação em Psicologia no Brasil, uma formação densa, rigorosa, crítica e voltada para a realidade social.

Após a aprovação das Diretrizes Curriculares em 2004, o curso de Psicologia da PUC-SP fez uma revisão para adequar seu projeto às novas orientações. Esse processo resultou no currículo implantado em 2007.

O currículo de 2007 (Faculdade de Psicologia da PUC-SP, 2006/2007) mantém as características básicas do currículo de 1989; as alterações

introduzidas foram ajustes para adequação à nova lei. Os principais aspectos desse currículo são:

1. antecipação do início dos estágios para o 3º ano (5º período), neste momento ainda não em núcleos, mas com a perspectiva de que os estágios estimulem a síntese dos conhecimentos teóricos adquiridos; trata-se de estágio básico tipo I;
2. manutenção do eixo da formação para a pesquisa, com as disciplinas correspondentes e a antecipação do TCC, com início no 8º período e conclusão no 9º período;
3. antecipação do TCC com o objetivo de permitir que no 10º (e último) período o aluno prepare sua saída do curso, cursando Oficinas de Projetos, uma nova disciplina que foi introduzida;
4. manutenção dos núcleos obrigatórios de 4º ano, com estágios básicos tipo II, em três áreas (Saúde e Clínica; Educação e Formação; Trabalho e Produção);
5. manutenção da diversidade de teorias, áreas de investigação e instrumentos da Psicologia;
6. manutenção de eletivas e de núcleos de 5º ano também eletivos;
7. introdução de Atividades de Integração, que têm por objetivo integrar as diferentes disciplinas, de formas variadas e em dois momentos a cada semestre (posteriormente reduzidos para uma ocasião por semestre);
8. introdução de quatro ênfases curriculares como referência para os estágios e os núcleos de 5º ano (são elas: Psicologia, Práticas Clínicas e Saúde; Psicologia, Cultura e Contemporaneidade; Psicologia e Processos Institucionais; Psicologia e Políticas Públicas).

É importante dizer que mais uma vez na história da Psicologia da PUC-SP o processo de revisão do currículo contou com amplo debate, coordenado por uma comissão de reforma curricular que também articulava as discussões que ocorriam nos departamentos e no Conselho Departamental. Paralelamente foi realizada uma pesquisa-ação que teve como objetivos registrar e analisar o próprio projeto de discussão e elaboração desta reforma curricular e testar algumas modalidades pedagógicas novas que seriam introduzidas. Novamente a discussão não ocorreu de maneira tranquila, desta vez mais em função da conjuntura política e financeira da

instituição. Em 2006 houve mudanças importantes na PUC-SP, criando um contexto adverso para alterações no curso: houve mudanças da direção da universidade; a “crise da PUC” ganhou contornos agudos novamente; houve demissões de professores e funcionários; foi feito um redesenho institucional, bastante polêmico e com pouca participação da comunidade. Enfim, um contexto adverso para se rever um curso.

Esse panorama, aliado ao fato de que, como vimos, vários aspectos de inovação na formação em Psicologia apontados pelas Diretrizes já aconteciam, de algum modo, no curso da PUC-SP, fez com que as alterações nesse currículo fossem tímidas. Por um lado, isso não representa um problema, uma vez que a vanguarda de outros tempos sustenta, ainda, a qualidade desse projeto. Por outro, como manter a inquietação, a crítica, o movimento do currículo neste momento e sempre?

A resposta a essa indagação se dará, exatamente, em um novo momento de mudanças na política educacional. Neste 2019 estamos em um momento de recrudescimento das políticas neoliberais que impõem novamente riscos à formação superior de qualidade e à pesquisa. Novamente somos chamados ao debate, em um momento em que há revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais, com tendências de simplificação, aligeiramento da formação, diminuição de carga horária, ampliação sem limites da formação Educação a Distância (EAD), entre outros aspectos.

Indagações relacionadas ao perfil do corpo discente também deverão ser enfrentadas quando se planeja uma reformulação curricular, para além das questões legais. Nossos alunos são de uma geração que nasceu mergulhada em um mundo digital com todas as suas contradições, com acesso fácil e rápido, mas também superficial à informação. Um mundo em que a todo momento temos que atender a demandas dos mais variados tipos que, no geral, impedem dedicação concentrada a uma tarefa. Apesar de nos mantermos fiéis ao princípio de que uma base teórico metodológica sólida é o que vai garantir uma formação crítica e competente em uma realidade social desigual e complexa, isso implica em um curso com grande número de horas presenciais, horas de atuação em campo e horas correspondentes de leituras e estudos individuais. Para além dos requisitos curriculares, muitos projetos de Iniciação Científica são oferecidos todos os anos, o que também

é uma excelente oportunidade de aprofundamento em áreas de interesse de alunos e professores, mas que, por sua vez, também exige empenho e dedicação. Como, então, conciliar as exigências de uma formação com esses requisitos e a realidade que se apresenta?

Nossos alunos se percebem muito exigidos pelo curso e avaliam que ainda assim, para garantir oportunidades futuras, seja para se aprimorarem em uma residência ou conseguirem emprego, precisam se engajar em atividades extracurriculares como Iniciação Científica, estágios extracurriculares, participação em congressos ou grupos de estudo, durante a graduação.

Outro ponto relevante no que tange ao perfil do corpo discente é que com a sistemática entrada de alunos do PROUNI no curso este se democratizou e se enriqueceu. Vindos da rede pública de ensino, de regiões periféricas da cidade, com experiências diversas dos alunos de classe média alta, típicos de estabelecimentos particulares de ensino, nos ensinam e aos colegas com sua visão de mundo, nos ajudam a entender a realidade dos campos de estágio voltados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Mas será que de fato os estamos incluindo? Será que de fato os estamos ouvindo e lhes garantindo subjetivamente um lugar? Os nossos alunos, os do programa PROUNI, mas não só, tem tido cada vez mais necessidade de garantir pelo menos parte do seu sustento. Podem ser olhados exclusivamente como alunos, quando são também trabalhadores?

A situação requer debate amplo de todos os envolvidos com o curso da PUC-SP. Um debate que, conforme entendemos, deve ocorrer tendo em vista um critério fundamental: pensar o curso da PUC-SP frente à realidade brasileira, ao perfil do conjunto de alunos que hoje se formam em psicologia, às demandas sociais mais relevantes e ao lugar social que a Psicologia pode e deve ter.

A Psicologia da PUC-SP, hoje, integra a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, que engloba os cursos de Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, além dos programas de pós-graduação em Psicologia – Psicologia Clínica, Psicologia Social, Psicologia Experimental-Análise do Comportamento – e de pós-graduação em Fonoaudiologia. Possui um conjunto significativo de professores e pesquisadores que compõem seu corpo docente. São mais de mil alunos cursando os cinco anos da formação

de bacharel em Psicologia. O desafio do debate democrático é preocupação constante, pois acreditamos que a presença da diversidade de posições e visões que esse curso contém representa a riqueza da Psicologia brasileira e o avanço desejado só poderá se dar se toda a Psicologia se fizer presente.

REFERÊNCIAS

- Brasil (1962). Congresso Nacional. Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm, em 10 Dez 2019.
- Brasil (1996). Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm, em 30 Nov. 2019.
- Brasil (2004). Ministério da Educação, Câmara de Ensino Superior. Resolução n.8 de 07 de maio de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf, em 30 Nov. 2019.
- Brasil (2011). Ministério da Educação, Câmara de Ensino Superior. Resolução n.5 de 15 de março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192, em 30 Nov. 2019.
- Faculdade de Psicologia da PUC-SP (1989). Projeto de Reforma Curricular. São Paulo: Author.
- Faculdade de Psicologia da PUC-SP (2007). Projeto de Reforma Curricular. São Paulo: Author.
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014) *Comissão da Verdade Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – Comunidade Acadêmica: Breve História Da Puc*. Recuperado de <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/comunidade-academica-breve-historia-da-puc.html>